



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
GABINETE DO DESEMBARGADOR JOÃO BENEDITO DA SILVA

ACÓRDÃO

Apelação Criminal n. 0000805-94.2013.815.0521

RELATOR: Dr. José Guedes Cavalcanti Neto, Juiz convocado para substituir o Des. João Benedito da Silva

APELANTE: Luciano Alves Tavares

ORIGEM: comarca de Alagoinha

ADVOGADO: Vitor Amadeu de Moraes Beltrão

APELADO: Justiça Pública

APELAÇÃO CRIMINAL. FURTO QUALIFICADO. CONDENAÇÃO. IRRESIGNAÇÃO DEFENSIVA. SUPLICA PELA EXCLUSÃO DA QUALIFICADORA DO CONCURSO DE PESSOAS. IMPOSSIBILIDADE. PENA BASE. REDUÇÃO. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS VALORADAS SEM FUNDAMENTAÇÃO ADEQUADA. REDIMENSIONAMENTO DA REPRIMENDA. EXTENSÃO DOS EFEITOS AO CORRÉU. ART. 580 DO CPP. PROVIMENTO PARCIAL DO APELO.

O manejo do conjunto probatório elencado nos autos demonstra a existência da prática delitiva em concurso de agentes, não havendo, desta feita, que se falar em inexistência da qualificada do concurso de pessoas.

Há ilegalidade na sentença atacada que, analisando as circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal, aprecia negativamente vetores ínsitos ao próprio tipo penal, além de apresenta fundamentação sustentada em afirmações genéricas ou vagas.

Afastadas algumas das valorações desfavoráveis das circunstâncias judiciais operadas na sentença, necessário proceder ao ajuste da pena-base,

guardando-se, assim, a necessária proporcionalidade entre o fato cometido e a sanção penal a ser aplicada ao seu autor.

Encontrando-se o corréu em situação fático-processual, há como estender o benefício previsto no art.580 do CPP.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acima identificados;

A C O R D A a Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, por unanimidade, em **DAR PROVIMENTO PARCIAL AO APELO PARA REDUZIR A PENA PARA 2 (DOIS) ANOS E 6 (SEIS) MESES DE RECLUSÃO, COM EFEITOS EXTENSIVOS A GILVAN PAULO DA SILVA FILHO.**

RELATÓRIO

Cuida-se de **Apelação Criminal** (fl.81) manejada, por **Luciano Alves Ferreira**, face a sentença de fls.74/79, proferida pelo **Juízo de Direito da comarca de Alagoinha** que o **condenou** a uma pena de **04 (quatro) anos de reclusão** nas sanções do **art. 155, § 4º, IV, do CP** e **15 (quinze) dias-multa**, em regime inicialmente **semiaberto**, por fim, a pena privativa de liberdade foi substituída por **duas restritivas de direitos**, a saber: **prestação de serviços a comunidade** e **prestação pecuniária**.

Em suas razões recursais (fls.91/95), o apelante alega que não há provas do concurso de pessoas, requerendo a desclassificação do crime para furto simples. Alternativamente, aduz que a pena base foi exacerbada, pugnando, a redução no patamar mínimo.

Contrarrazoando (fls.96/99), o representante do Ministério Público *a quo* requereu o desprovemento do apelo.

A douda Procuradoria de Justiça, por seu Procurador José Roseno Neto, exarou parecer (fls.275/279), opinando pelo provimento parcial do apelo, para reduzir a pena base no mínimo legal. Por fim, pugnou, a extensão do benefício ao corréu *Gilvan Paulo da Silva Filho*, nos termos do art. 580 do CPP.

É o relatório.

VOTO

O representante do Ministério Público *a quo* ofereceu denúncia em desfavor de **Luciano Alves Ferreira, Gilvan Paulo da Silva Filho, José Antonio de Souza, Severino Anselmo de pontes Filho, José Sebastião da Silva e Aldaci Joaquim da Silva** nas sanções do **artigo 155, § 1º e § 4º, incs. I, II e IV, do Código Penal Brasileiro.**

Narra a peça acusatória que os acusados **Luciano Alves Ferreira e Gilvan Paulo da Silva Filho** no dia 05 de junho de 2013, durante a madrugada, na fazenda Maratá, em Mulungu, subtrairão, para si ou para outrem, coisa alheia móvel, durante o período noturno com destruição e rompimento de obstáculo, com abuso de confiança e mediante o concurso de duas pessoas.

Consta ainda da inicial, que o acusado Luciano Alves Ferreira era funcionário da Fazenda Maratá, pertencente ao senhor Giusep Galvão Amorim,

entretanto, no dia supramencionado, o acusado Luciano estava com o companheiro Gilvan Paulo Silva Filho, e combinaram de furtar a referida fazenda, objetivando revender os bens que lá estavam, dada a facilidade de acesso que Luciano Alves tinha no local.

Emerge também da exordial, que os acusados partiram para a fazenda, onde arrombaram uma das janelas da casa sede, adentrando no local e subtraindo dois gansos, um frigobar, uma caixa d'água, duas televisões, dois receptores de sinal, vários alimentos perecíveis, um carro de mão, um botijão de gás e uma mesa com quatro cadeiras, e para o transporte dos bens, foram necessárias duas viagens, deixando uma parte dos bens em uma casa abandonada no conjunto Achilles Leal e outra parte dentro de um matagal, escondida.

Posteriormente, consta da inicial que os acusados venderam o material furtado para conhecidos da cidade, tendo o Senhor **Severino Anselmo de Pontes Filho** comprado o carro de mão pelo valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais), o senhor **José Antonio de Souza** comprado a caixa d'água, pelo valor de R\$ 100,00 (cem reais), o Senhor **José Sebastião da Silva** comprado pelo valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) e a senhora **Aldaci Joaquim da Silva** comprado o frigobar pelo valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais).

Os denunciados **José Antonio de Souza; Severino Anselmo de Pontes Filho, José Sebastião da Silva e Aldaci Joaquim da Silva**, aceitaram a proposta de suspensão do processo, nos termos do art. 89 da Lei 9.099/95, pelo prazo de 02 (dois) anos (fls. 69/70).

No entanto, com relação aos acusados **Luciano Alves Ferreira e Gilvan Paulo da Silva Filho**, o Juízo *primevo* julgou procedente, a denúncia, para condená-los a uma pena definitiva de **04 (quatro) anos de reclusão**, nas sanções do **art. 155, § 4º, IV, do CPB**, além de **10(dez) dias-multa**, em regime inicialmente **semiaberto**.

Por fim, a pena privativa de liberdade imposta ao apelante foi substituída por duas restritivas de direito, consistente em: **prestação de serviços a comunidade**, por igual prazo da privativa de liberdade, a ser cumprida no Fórum de Alagoinha, sendo 08 (oito) horas semanais e **prestação pecuniária** no valor de 01(um) salário-mínimo, a ser convertida em cestas básicas para crianças carentes do referido município.

Inconformado contra referida decisão, apenas o acusado **Luciano Alves Ferreira** recorreu.

Dessa forma, passo a analisar os argumentos suscitado pelo ora apelante.

1- Da exclusão da qualificadora do concurso de pessoas (art. 155, § 4º, IV, do CP)

Aduz o apelante que não há provas de que tenha praticado o crime com o acusado Gilvan Paulo da Silva Filho, daí porque requer a exclusão da qualificadora do concurso de pessoas, com a consequente desclassificação do crime para furto simples (CP. art. 155).

No entanto, sem razão.

Compulsando o caderno processual, verifica-se haver ´provas nos autos de que o Apelante praticou o crime descrito na denúncia, juntamente com o acusado *Gilvan Paulo da Silva Filho*. Vejamos:

Os acusados **Luciano Alves Ferreira** e **Gilvan Paulo da Silva Filho**, respectivamente, quando na esfera policial (fls. 4/18), narram com riqueza de detalhes, a participação de cada um no fato delituoso descrito na denúncia.

No entanto, quando em Juízo (fl.73), mudaram a versão. O apelante **Luciano Alves Ferreira**, confessou a prática delitiva, porém, afirma que praticou o crime sozinho. Por sua vez, o acusado Gilvan Paulo da Silva Filho, nega que tenha participado dos fatos delituosos descrito na denúncia.

Todavia, a testemunha **Jocel Pereira da Silva**, Policial Militar, tanto na esfera policial (fl.17/18), quanto em Juízo (fl.73), afirma que após informações e diligências chegou a pessoa do acusado Luciano Alves Ferreira e Gilvan Paulo da Silva Filho, e que posteriormente, fora encontrado alguns pertences, dentre eles o frigobar furtado na casa de Gilvan, ocasião em que o acusado foi levado para a delegacia e lá os acusados teriam confessado que praticaram o delito juntos.

Percebe-se que as provas acima colhidas, foram determinantes para que a Magistrada reconhecesse a qualificadora do concurso de pessoas.

Desta forma, acertada a decisão que condenou o apelante e o acusado Gilvan Paulo da Silva Filho, subsumindo sua conduta nos termos do artigo 155, § 4º, inciso IV, do Código Penal, não havendo, desta feita, que se falar em exclusão do concurso de agentes, devendo a sentença ser mantida como lançada originariamente.

Desse modo, inviável o afastamento da qualificadora referente ao concurso de pessoas.

DA PENA

Por fim, alega o apelante, que a pena base foi exacerbada, haja vista as circunstâncias judiciais na maioria ser favorável, pugnando, a sua redução no patamar mínimo,

No entanto, tenho que, com razão em parte.

Conforme visto acima, o apelante foi condenado nas sanções do **art. 155, § 4º, inciso, IV do Código Penal**, a uma pena de **04 (quatro) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa**.

Dispõe o **art. 155 do Código Penal**:

Art. 155 - Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel:

§ 4º - A pena é de reclusão de dois a oito anos,

Desembargador João Benedito da Silva

e multa, se o crime é cometido:

(...)

IV - mediante concurso de duas ou mais pessoas.

(grifei).

Para melhor aferir a pretensão do apelante, transcrevo parte da sentença em que foi atacada:

A seguir, em obediência ao disposto no art. 59 e no art. 68 do Código Penal, passo a analisar as circunstâncias judiciais e a dosar a pena do acusado **Luciano Alves Ferreira**, atendendo o sistema trifásico de dosimetria da pena. **A culpabilidade** do acusado foi considerável e concreta, merecedora de reprovação social; o acusado não apresenta **antecedentes criminais** com sentença condenatória transitada em julgado; a **sua conduta social** e a **sua personalidade** não ficaram delineadas nos autos; os **motivos da prática criminosa** não justificam a atitude do acusado; as **circunstâncias do crime** foram favoráveis ao acusado, eis que foi praticado em concurso de pessoas; **as consequências** não foram tão danosas, vez que parte dos objetos foram recuperados e devolvidos; o **comportamento da vítima**, em nada contribuiu para a prática do delito. Com base nas circunstâncias judiciais, acima analisadas, preponderantemente desfavoráveis ao acusado, **fixo-lhe a pena-base em 04 (quatro) anos e 06(seis) meses de reclusão. Em atenção à segunda fase da fixação da pena, atenuo a reprimenda em 06(seis) meses, por está presente a atenuante da confissão espontânea, prevista no art. 65, III, "d" do Código Penal, perfazendo um total de 04 anos de reclusão**, à mingua de outras circunstâncias atenuantes ou agravantes, bem como causas de diminuição ou aumento a serem consideradas.

Como se vê, das circunstâncias judiciais analisadas pelo magistrado, tem-se que das 08 (oito) circunstâncias analisadas, 04 (quatro) foram consideradas negativas, quais sejam, a culpabilidade, motivos, circunstâncias e o comportamento da vítima.

De uma análise mais acurada, verifica-se que de fato, a culpabilidade resta desfavorável.

Entretanto, com relação aos motivos do crime, tem-se que o magistrado apenas afirmou não ser justificável, sem no entanto, fundamentar.

Por outro lado, os argumentos utilizados nas circunstâncias, já serviram para qualificar o crime (concurso de pessoas).

Do mesmo modo, vejo que o magistrado analisou a circunstância “**comportamento da vítima**”, negativamente, apesar de dizer que ela não colaborou para o crime.

No entanto, a jurisprudência tem entendido que se a vítima não colaborou para o crime, não pode ser valorado de forma desfavorável ao réu.

A propósito:

(...) 5. Ao se referir ao comportamento da vítima, o juízo de primeiro grau afirmou que esta não contribuiu para a "eclosão do delito", mas esta corte tem reiteradamente decidido que, quando o comportamento da vítima não contribui para o cometimento do crime, ou é considerado "neutro" ou "normal à espécie", não há falar em

consideração desfavorável ao acusado.
Precedentes. 6. Reprimenda definitiva imposta (inferior a 4 anos) que, aliada à reincidência do paciente, autoriza a fixação do regime inicial semiaberto de cumprimento da pena, nos termos do art. 33, § 2º, b, do Código Penal. 7. Agravo regimental improvido.” (STJ - AgRg-HC 300.808 - Proc. 2014/0193382-0 – TO - Sexta Turma – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior - DJE 26/03/2015

Dessa forma, não há como valorar negativamente o **comportamento da vítima** no evento delituoso,

Assim, das 08 (oito) circunstâncias somente a **culpabilidade** é desfavorável ao apelante.

Nesse diapasão, embora não seja o caso de dosar a pena-base no mínimo legal, como pretende o apelante, entendo que a reprimenda básica merece ajuste, a fim de melhor se adequar às circunstâncias judiciais do delito praticado pelo réu.

Passo a redimensionar a pena.

Na primeira fase, considerando as circunstâncias judiciais, acima analisadas, na maioria favoráveis ao apelante, fixo a **pena base em 03 (três) anos de reclusão.**

Na segunda fase, considerando as atenuantes da confissão (art. 65, III, “d” do CP), e da menoridade relativa (art.65, I do CP), diminuo a pena em 01(um) ano de reclusão, resultando uma pena intermediária de **02 (dois)**

anos de reclusão, tornando-a em definitiva, à mingua de outras circunstâncias atenuantes ou agravantes, bem como causas de diminuição ou aumento a serem consideradas.

Mantendo a substituição já constante da sentença condenatória, pelo período igual ao da pena privativa de liberdade.

Finalmente, considerando o *quantum* de pena dosado, bem assim a preponderância de circunstâncias judiciais favoráveis ao réu, entendo que, deveras, se revela mais adequado ao caso o **regime aberto** para o início de cumprimento de pena (art. 33, §2º, “c”, do CP).

Nos demais, mantendo o que consta da sentença condenatória.

DA EXTENSÃO AO CORRÉU GILVAN PAULO DA SILVA FILHO.

Por fim, o Procurador de Justiça em seu parecer, pugna pela extensão da redução da pena base, nos termos do art. 580, do CPP, ao corréu **Gilvan Paulo Da Silva Filho**.

No entanto, tenho, que merece ser acolhida a pretensão Ministerial.

Com esteio no que dispõe literalmente o art. 580 do CPP, tem sido o entendimento jurisprudencial que, no caso de concurso de agentes, a decisão proferida em favor de um acusado deve ser estendida aos demais

corrêus, desde que não esteja ela baseada em motivos de caráter exclusivamente pessoal. Nesta esteira:

"HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO E LATROCÍNIO. RECURSO DE APELAÇÃO. NULIDADE DO JULGAMENTO DECRETADA POR ESTA CORTE EM OUTRO WRIT POR AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO DEFENSOR PÚBLICO. EXTENSÃO DOS EFEITOS. IMPOSSIBILIDADE. MOTIVOS DE CARÁTER PESSOAL. ORDEM DENEGADA.

1. Nos termos do art. 580 do Código de Processo Penal, a decisão proferida em relação a um acusado, no caso de concurso de agentes, deve ser estendida aos corrêus, se baseada em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal.

2. Na espécie, o Superior Tribunal de Justiça anulou o julgamento da apelação em relação ao acusado Marcos Matheus dos Santos Gonçalves, porque o seu defensor, que era público, não fora intimado pessoalmente da sessão de julgamento. Os pacientes foram patrocinados por defensores constituídos. 3. Habeas corpus denegado." (HC 155025/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, julgado em 01/03/2012, DJe 20/03/2012).

Na hipótese dos autos, verifica-se que o magistrado quando da fixação da reprimenda, fundou-se nas condições pessoais de cada um dos acusados, e neste íterim, merece transcrição também, da parte da decisão atacada com relação ao corréu (fls. 74/79):

Ao dosar a pena do acusado **Gilvan Paulo da Silva**

Desembargador João Benedito da Silva

Filho, atendendo o sistema trifásico de dosimetria da pena.

“A **culpabilidade** do acusado foi considerável e concreta, merecedora de reprovação social; o acusado apresenta **antecedentes criminais com sentença condenatória transitada em julgado**; a sua **conduta social e a sua personalidade não são boas**, eis praticou diversos crimes na região sendo conhecido da polícia; **os motivos** da prática criminosa não justificam a atitude do acusado; **as circunstâncias** do crime foram favoráveis ao acusado, eis que foi praticado em concurso de pessoas; **as consequências** não foram tão danosas, vez que parte dos objetos foram recuperados e devolvidos; **o comportamento da vítima**, em nada contribuiu para a prática do delito. Com base nas circunstâncias judiciais, acima analisadas, preponderantemente desfavoráveis ao acusado, fixo-lhe a pena-base em 04 (quatro) anos e 06(seis) meses de reclusão.

Como se vê, das circunstâncias judiciais analisadas pelo magistrado, tem-se que apenas 02 (duas) foram consideradas desfavoráveis, quais sejam, **antecedentes e conduta social**.

Entretanto, de uma análise mais acurada, verifica-se que de fato, a **culpabilidade, personalidade, motivos do crime, consequências, circunstâncias e comportamento da vítima**, militam em seu favor.

Quanto a **culpabilidade**, verifica-se que o Juiz afirma que foi considerável e concreta, merecedora de reprovação social, sem que houvesse justificação.

Com relação aos **motivos do crime**, tem-se que o magistrado apenas afirmou não ser justificável, sem fundamentar.

Desembargador João Benedito da Silva

As **consequências** não foram tão danosas, vez que parte dos objetos foram recuperados e devolvidos.

Por sua vez, os argumentos utilizados **nas circunstâncias**, já serviram para qualificar o crime (concurso de pessoas).

Do mesmo modo, vejo que o magistrado analisou a circunstância “**comportamento da vítima**”, negativamente, apesar de dizer que ela não colaborou para o crime.

No entanto, a jurisprudência tem entendido que se a vítima não colaborou para o crime, não pode ser valorado de forma desfavorável ao réu, como acima já explicitado.

Dessa forma, não há como valorar negativamente o **comportamento da vítima** no evento delituoso.

Assim, tenho que a reprimenda fora exacerbada, merecendo ser reformada.

Passo a redimensionar a pena.

Na primeira fase, considerando as circunstâncias acima analisadas, na maioria favoráveis ao acusado, fixo a pena base em **03 (três) anos de reclusão**.

Na segunda fase, considerando a atenuante prevista no art.65, I do Código Penal, ou seja, ser o acusado menor de 21 anos de idade na data do fato, diminuo a pena em 06(seis) meses de reclusão, perfazendo um total de **02 (dois) anos e 06(seis) meses de reclusão**, à mingua de outras circunstâncias atenuantes ou agravantes, bem como causas de diminuição ou aumento a serem consideradas.

Forte nessas razões, **DOU PROVIMENTO PARCIAL AO APELO**, para reduzir a pena do apelante **Luciano Alves Ferreira** para **02 (dois) anos de reclusão**, a ser cumprida em **regime aberto**, mantendo a substituição da pena constante da sentença e nos termos do **art. 580 do CPP, estender os efeitos ao correu GILVAN PAULO DA SILVA FILHO**, para reduzir a reprimenda aplicada para **02 (dois) anos e 06(seis) meses de reclusão**, mantendo-se a sentença nos demais termos.

Não havendo recurso especial ou extraordinário, encaminhem-se os autos ao juízo de origem para execução definitiva. Caso haja recurso especial ou extraordinário, expeça-se guia de execução provisória, antes do encaminhamento do processo à Presidência do Tribunal de Justiça.

É como voto.

Presidiu a sessão, com voto, o Exmo. Sr. Des. Márcio Murilo da Cunha Ramos, Presidente da Câmara Criminal. Participaram do julgamento, o **relator**, Exmo. Sr. Dr. **José Guedes Cavalcanti Neto** (Juiz de Direito convocado, com jurisdição limitada, para substituir o Exmo. Sr. Des. João Benedito da Silva) e o Exmo. Sr. Dr. João Batista Barbosa (Juiz de Direito convocado em substituição ao Exmo. Sr. Des. Luis Silvio Ramalho Junior), revisor. Averbou-se suspeito o Exmo. Sr. Des. Carlos Martins Beltrão Filho.

Presente à sessão o Exmo. Sr. Dr. Francisco Sagres Macedo Vieira,
Procurador de Justiça.

Sala de Sessões da Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do
Estado da Paraíba, em João Pessoa, aos 19 (dezenove) dias do mês de julho
do ano de 2016.

José Guedes Cavalcanti Neto
Juiz de Direito Convocado
- RELATOR -

Desembargador João Benedito da Silva